



Número: **0815578-82.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **17/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.150,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RODOLFO PABLO DE LIMA ALVES (AUTOR)		DIOGO ALLAN PINTO DE ABREU (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
48657741	09/09/2019 16:33	1- INICIAL - DPVAT - DIFERENCA - RODOLFO PABLO DE LIMA ALVES	Outros documentos



DIOGO PINTO

ADVOCACIA & ASSESSORIA JURÍDICA

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DE
UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.**

RODOLFO PABLO DE LIMA ALVES, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº. 3.281.016, SSP/RN e inscrito no CPF nº. 701.080.514-80, residente e domiciliado na Rua Pedro Rodrigues da Silva, 49, Belo Horizonte, Mossoró, RN, CEP: 59.605-290, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço constante no rodapé, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ

(COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT)

Em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS
CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

84 3321.4138 / 9 9958.8887

diogopintoadv@gmail.com

R. Melo Franco, 236 - Sala 04 - 1º andar - Ed. Wilton Ferreira - Centro - Mossoró-RN

Página 1





I- DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTENCIA JUDICIÁRIA GRATUITA (Art. 98, caput, CPC)

1- Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

2- Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de n.º 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º caput. Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso à Justiça.

II- DA SITUAÇÃO FÁTICA

3- Em, **02.09.2018**, por volta das 17:35 horas, o autor foi vítima de acidente de trânsito, enquanto seguia na Rua Pedro Gomes de Oliveira, no bairro Belo Horizonte em Mossoró/RN, numa HONDA/POP de placa MZC4393, quando foi surpreendido por uma outra motocicleta que invadiu a contramão da via e colidiu na lateral de sua motocicleta, tendo o autor sido lançado ao solo, sofrendo diversas lesões. Após o sinistro, a parte autora acabou sendo encaminhada para o Hospital Regional Tarcísio Maia, apresentando **FRATURA EXPOSTA COM ESMAGAMENTO DO PÉ ESQUERDO**, conforme faz prova com a **certidão de ocorrência de policial e prontuário médico, em anexo**.

4- Ocorre que o autor requereu administrativa o DPVAT, sendo que, recebeu **R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais)**, conforme documentos em anexo, sendo que, o pagamento foi realizado tomando como base as circulares da Seguradora Líder, exaurida por instituições administrativas, fazendo em detrimento da norma que rege a matéria em tela.

5- A requerida adimpliu, em 12/03/2019, a quantia de **R\$ 1.350,00 (mil trezentos e cinquenta reais)**. Entretanto, a lesão foi de **FRATURA EXPOSTA COM ESMAGAMENTO DO PÉ DIREITO com amputação do dedo maior (halux)** e a gradação da invalidez, não foi quantificada pela requerida, sendo que, inexistente no processo administrativo qualquer dado que informa ao beneficiário quais os critérios médicos, científicos





DIOGO PINTO

ADVOCACIA & ASSESSORIA JURÍDICA

que justifique a forma clara como a seguradora chegou a pagar o valor via administrativa, não podendo em hipótese alguma prevalecer o quantum pago pela demandada, os mesmos ferem a norma legal. Destarte, não resta outra saída senão socorrer-se no Judiciário para conseguir a diferença securitária no valor de **R\$ 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais) que tem direito.**

6- Não existe qualquer outro meio administrativo que possibilite ao autor discutir os valores pagos administrativamente, ao contrário do firmado pela requerida, a norma legal, determina que os pagamentos das indenizações sejam devidamente quantificados firmados no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009. Destarte, fica claro que não aceita, não concorda com os valores pagos pela seguradora ré.

III- DO DIREITO

III.A) DA INDENIZAÇÃO REFERENTE AO SEGURO DPVAT – PAGAMENTO MEDIANTE SIMPLES DEMONSTRAÇÃO DO ACIDENTE- INTELIGENCIA DA LEI 6.194/74.

7- O Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).

8- A Lei nº 6.194/74, que regula o seguro DPVAT, sofreu fortes transformações com o advento da lei nº 11.945/09. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º. desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de **invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais**





DIOGO PINTO

ADVOCACIA & ASSESSORIA JURÍDICA

previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo nosso)

9- Acontece Excelência, que, em que pese o seguro já ter sido pleiteado na seara administrativa, a demandada não pagou à parte autora o que era devido.

10- Ao contrário de mencionar a promovida, a Lei em comento determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, mas, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a requerida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal acima delineado.

11- O direito à percepção do seguro está expresso no art. 5º da Lei nº 6.194/74, que diz o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.
(destaques acrescidos)

12- A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

13- Ademais, salienta-se ainda, que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

14- Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

15- No tocante ao limite indenizatório, este se encontra respaldo no artigo 3º de mesma lei, *verbis*:





DIOGO PINTO
ADVOCACIA & ASSESSORIA JURÍDICA

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares. (destacou-se)

16- **Desta forma, por tudo que foi exposto, não restam dúvidas de que a parte demandante deve ser indenizada pela demandada através do seguro DPVAT, uma vez que preenche todos os requisitos previstos em lei.**

17- **Demais disso, os documentos comprobatórios demonstram de forma inequívoca o dano resultante do sinistro.**

III.B) DA DESNECESSIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO:

18- Se antecipando ao Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), a parte demandante vem informar que, nos moldes do art. 319, inciso VII, **opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação**, na medida em que a Ré apresenta interesse em conciliar apenas quando já existe perícia nos autos, razão pela qual incide o art. 334, §4º, inciso II da Lei nº 13.105/15, que veda a realização da audiência de conciliação nos casos em não se admite a autocomposição.

IV- DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

19- **POSTO ISSO**, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei nº. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, ao pagamento da quantia indenizatória em epígrafe, fundada no pagamento de **R\$ 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais)**, referente ao DPVAT, requerendo ainda o seguinte:

a) Que seja concedido o benefício da justiça gratuita, uma vez que a parte autora não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família;





DIOGO PINTO

ADVOCACIA & ASSESSORIA JURÍDICA

b) A procedência do pedido constante na presente ação, para condenar a requerida ao pagamento da indenização no *quantum* de **R\$ 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais)**, referente à indenização do seguro DPVAT em razão da invalidez sofrida pela parte requerente em razão do sinistro narrado;

c) A citação da demandada no endereço informado na exordial para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

d) **Requer ainda, que seja nomeado perito, de preferência, locado nesta urbe, para realizar parecer médico e quantificar a sequela permanente que assola a requerente, tudo conforme a parceria firmada entre o TJ e a seguradora Líder (convênio n. 01/2013 de 22 de agosto de 2013)**, visto que tal providência torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

e) Que já seja solicitado cópias do Prontuário Médico Hospitalar ao Hospital, que efetuou o procedimento médico cirúrgico no autor;

e) seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;

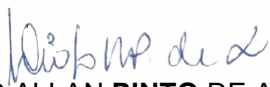
f) com base na **Súmula 54 do STJ**, que o valor da condenação seja acrescido de juros e **correção monetária retroativa a data do sinistro**;

g) A não realização de audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 319, inciso VII do Novo Código de Processo Civil.

20- Dá-se à causa o valor de **R\$ 12.150,00 (doze mil cento e cinquenta reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Mossoró/RN, 09 de setembro de 2019.


DIOGO ALLAN PINTO DE ABREU
OAB/RN nº 16.939

84 3321.4138 / 9 9958.8887

diogopintoadv@gmail.com

R. Melo Franco, 236 - Sala 04 - 1º andar - Ed. Wilton Ferreira - Centro - Mossoró-RN

Página 6





DIOGO PINTO
ADVOCACIA & ASSESSORIA JURÍDICA

QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: _____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS)

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

5) Se a invalidez OU DEBILIDADE do autor é em grau - mínimo, médio ou grave?

Sem mais, em ____/____/____.
(assinatura – carimbo – CRM)

84 3321.4138 / 9 9958.8887

diogopintoadv@gmail.com

R. Melo Franco, 236 - Sala 04 - 1º andar - Ed. Wilton Ferreira - Centro - Mossoró-RN

Página 7

